

**ACTA**  
**da**  
**Reunião de negociação com o**  
**Sindicato Independente do Corpo da Guarda Prisional**

**Acta n.º 30**

Aos 14 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 10h00, compareceram no Salão Nobre do Ministério da Justiça os Senhores Presidente da Direcção, Secretário-Geral e 1.º Vogal do Sindicato Independente do Corpo da Guarda Prisional (SICGP), bem como, em representação do Senhor Ministro da Justiça (MJ), os Senhores Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária (SEJMJ) e as Senhoras Adjuntas dos Gabinetes dos Senhores MJ e SEJMJ, a fim de se proceder a reunião de negociação, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio:

- a) Do projecto de Decreto-Lei que extingue o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça (SSMJ), transferindo-o para a ADSE;
- b) Das normas da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 (PLOE/2011) com particular relevância em matéria remuneratória.

A reunião iniciou-se pelas 10h35 com a discussão do primeiro projecto, tendo o Senhor SEJMJ esclarecido que foi aprovado em Conselho de Ministros na generalidade a fim de permitir a respectiva negociação. Salientou ainda que a ADSE dispõe de uma rede nacional mais abrangente do que a actual rede dos serviços sociais do Ministério da Justiça. Tendo o SICGP questionado se iria haver alguma negociação das tabelas com as clínicas convencionadas com a ADSE, o Senhor SEJMJ esclareceu que a negociação das tabelas é da competência do Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP) e que as mesmas serão discutidas no quadro da reestruturação da ADSE que está a ser promovida pelo MFAP. Salientou contudo que o Senhor MJ não deixará de ter em consideração as preocupações dos trabalhadores do Ministério da Justiça e terá um papel importante no acompanhamento da negociação das mesmas. Destacou ainda que a nova versão reforçará o princípio da continuidade dos tratamentos.

O SICGP destacou a importância de se manter a assistência clínica, em particular em situação de doença crónica ou do foro psiquiátrico, o que o Senhor SEJMJ confirmou estar salvaguardado, atenta a preocupação de não haver interrupções nos tratamentos.

Relativamente à fusão da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais com a Direcção-Geral da Reinserção Social, o SICGP alertou para a gradual perda de autoridade por parte do corpo de guardas e para os crescentes casos de agressões físicas e verbais a guardas prisionais, que têm ocorrido diariamente, para o que tem contribuído o facto de o sistema ter passado a ser gerido com a nova lei de execução de penas numa perspectiva de reinserção social, pelo que em caso de agressão o recluso já não pede desculpa ao guarda, mas ao chefe de guardas ou ao director – e já não ao guarda prisional. O chefe de guardas deveria poder também, no desempenho das suas funções, vetar a ordem do director de dispensa de algemas quando o guarda prisional o recomende, pois é este que convive diariamente com o recluso e se apercebe da realidade. O SICGP alertou também para o risco de se balizar o mundo prisional numa base de mera reinserção social e de não se aproveitar o actual processo de fusão para atribuir mais competências e reforçar a posição dos guardas prisionais dentro das carreiras, sobretudo por que quem conhece o recluso por conviver diariamente com ele não é o funcionário da

reinserção social mas sim o guarda prisional, que convive com ele durante anos, 24 horas por dia. Ora, o guarda prisional nunca é ouvido apesar de, na prática, a sua missão coincidir com a do funcionário da reinserção social: o mundo prisional é uma realidade muito complexa, os reclusos desabafam com os guardas prisionais, que consideram o seu ombro amigo. É nestes aspectos que, tudo combinado, o SICGP entende que os guardas prisionais se encontram subaproveitados na dinâmica da reinserção social.

Encerrada a negociação nos termos e para os efeitos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, do projecto de diploma de transferência do subsistema de saúde para a ADSE, procedeu-se de seguida à discussão das normas da PLOE/2011 com particular relevância em matéria remuneratória, tendo o SICGP enunciado algumas das preocupações que afectam o corpo dos guardas prisionais, em particular no que se refere (i) ao provimento em falta, na sequência de concurso já concluído; (ii) ao não funcionamento do sistema de classificações e de antiguidade; (iii) às promoções em falta, entre outras.

Por último, foi acordada a realização de uma reunião no dia 22 de Outubro de 2010, pelas 15h00, visando a conclusão da discussão das disposições da PLOE/2011 com incidência remuneratória.

O Senhor SEJMJ deu por finda a reunião pelas 11h40.

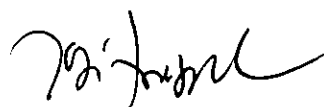
Feito, rubricado e assinado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos signatários.

Em 14 de Outubro de 2010,

Pelo Sindicato Independente do  
Corpo da Guarda Prisional,  
O Presidente da Direcção,

Júlio Dinis Guedes Rebelo

Pelo Ministério da Justiça,  
O Secretário de Estado da Justiça e da  
Modernização Judiciária,



José Magalhães